

Alailson Almeida Cruz Filho

Perito Judicial Contábil
CRC/RJ Nº 110267/O-9



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOM JESUS DE ITABOPOANA – RJ.

PROCESSO : 0004644-63.2014.8.19.0010

AÇÃO : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA / VALOR DA EXECUÇÃO,
CÁLCULO, ATUALIZAÇÃO

AUTOR : ANTONIO GODINHO

RÉU : BANCO DO BRASIL S/A

ALAILSON ALMEIDA CRUZ FILHO, perito contábil nomeado por esse Juízo para atuar no processo em epígrafe (**Indexador 0000372**), tendo realizado os procedimentos periciais e por fim concluído o seu **Laudo Pericial Contábil Financeiro**, vem solicitar a V.Ex^a., a sua juntada aos autos para que surta seus efeitos legais.

**LAUDO PERICIAL CONTÁBIL FINANCEIRO /
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO**

Na forma como segue:

1 – RESUMO

Trata-se de ação – **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA / VALOR DA EXECUÇÃO, CÁLCULO, ATUALIZAÇÃO** em que o Autor **ELZA MARIA PORTUGAL HAIKAL**, move em face do Réu, **BANCO DO BRASIL S.A.**, cujo objeto é os negócios financeiros mantidos pelas partes.

2 – SÍNTESE DO PROCESSO

2.1. O Autor, em sua manifestação prefacial (**Indexador 0000002**), alega que o chamado Plano Verão em 15 de janeiro de 1989 por meio da Medida Provisória n. 32, convertida posteriormente na Lei n. 7.730, de 31.1.1989. Entre as medidas tomadas pelo Governo Federal, também com o intuito de reduzir a inflação, estava a determinação, contida no artigo 17 da referida Lei, de que os saldos das Cadernetas de Poupança, em fevereiro de 1989, fossem atualizados com base no rendimento acumulado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e não mais pelo IPC (Índice de Preço ao Consumidor).

Tal como ocorreu com o Plano Bresser, a instituição do Plano Verão, em janeiro de 1989, alterou o índice aplicável às Cadernetas de Poupança, atingindo os poupadores cujo período aquisitivo já havia se iniciado antes do dia da edição da Medida Provisória n.32

Nestes termos, o título executivo que embasa o presente pedido é oriundo da Ação Civil Pública n. 16.798/98, interposta pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC contra o Banco do Brasil S/A. A ação tramitou e foi sentenciada pela 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília – DF, no sentido de julgar procedente o pedido de condenar a instituição financeira a alcançar os expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão sobre os saldos existentes em cadernetas de poupança, em janeiro de 1989.

Nestes termos, o exequente no mês de Janeiro de 1989 era detentor de caderneta de poupança mantida conjuntamente com o executado, conforme extrato em anexo, cujo saldo à época foi igualmente atualizado (planilha inclusa) com base no rendimento acumulado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e não mais pelo IPC (Índice de Preço ao Consumidor), conforme determinação do plano verão, sendo portanto atingido pela Sentença proferida na referida Ação Civil Pública, motivo pelo qual há que lhe ser assegurada a efetividade da prestação da tutela jurisdicional por intermédio do presente pedido de cumprimento de sentença.

Por fim há que se salientar que a sentença restou confirmada no Resp 327.200-DF e RE 375.709-11-DF e transitou em julgado na data 27/10/2009, quando então passou a constituir-se como título executivo judicial. Há, pois, título hígido a embasar o presente pedido de cumprimento de sentença.

A par disso conclui-se que a sentença (fruto de actio ajuizada no ano de 1998, o que descarta a aplicação do art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/1997, o qual foi introduzido pela Medida Provisória 2.180-35, de 2001) não teve seus comandos de forma limitadora, pelo contrário, irradiou seus efeitos a todos os poupadores do Banco do Brasil, que não obtiveram o reajuste (42,72%) devido da caderneta de poupança, por ocasião do Plano Verão.

Com efeito, resta indubitável que o pedido de cumprimento de sentença de abrangência nacional pode ser interposto no domicílio do consumidor, ainda que distinto do foro da Ação Coletiva que tramitou perante a Circunscrição Especial Judiciária de Brasília-DF, considerando a eficácia *erga omnes* e abrangência no âmbito nacional atribuída pela sentença.

Destarte, com base no acima relatado, fazem parte dos pedidos autorais:

- I) A citação por via postal do réu para que pague o valor por elas apurado nas planilhas de cálculos anexas, totalizando **R\$ 152.798,79 (Cento e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)**, no prazo de quinze dias, sob pena de multa, atualizando-o monetariamente até a data do efetivo pagamento (taxa de citação via postal recolhida, guia anexa), em caso de descumprimento, requer desde já a penhora *on line* da verba ora perseguida, inclusive na forma da **Súmula nº 328, do STJ**, via BACEN, caso positiva seja efetuado o depósito em conta vinculada a este respeitável Juízo, intimando-se o executado para querendo impugnar;
- II) Caso não seja localizado numerário suficiente para garantir o débito em conta titulada em nome do executado, sejam penhorados e avaliados tantos bens ou direitos quantos bastem para garantir o pagamento do débito ora apresentado. Procedida à avaliação, seja o devedor intimado do auto de penhora e avaliação para impugná-lo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, a teor do art.475-J do CPC;
- III) Seja igualmente determinado que o executado cumpra o dever imposto pelo art. 600, inc. IV, do CPC, indicando a esse Juízo bens passíveis de penhora ou em o desejando que esta recaia sobre bem diverso do indicado, que da mesma forma garanta o adimplemento total do débito, consistindo sua omissão ato atentatório à dignidade da justiça;
- IV) Lei nº 3.350 de 29 de Dezembro de 1999 – DISPÕE SOBRE AS CUSTAS JUDICIAIS E EMOLUMENTOS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 17 – São isentos do pagamento de custas:

- I – o beneficiário da justiça gratuita, observado o que dispuser a legislação federal e estadual específica;
- II – o réu declarado pobre, nos feitos criminais;
- III – as revisões criminais;

- IV – os processos e recursos de habeas-corpus e habeas-data;
- V – os feitos referentes a crianças e adolescentes em situação irregular;
- VI – o agravo retido;
- VII – os embargos de declaração;
- VIII – as execuções de sentença líquida, ainda que processadas em autos apartados;
- V) Junta desde já o subscritor desta o contrato particular de honorários advocatícios firmado com a PARTE ORA EXEQUENTE, pugnando, ao final, seja o percentual pactuado deduzido do montante principal, em nome da sociedade de advogados **LAGO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, devidamente inscrita na OAB sob n. OAB/SP 12.779/2010, inscrita no CNPJ: 13.103.347/0001-01**(conforme cópia do contrato social da Sociedade e comprovante de inscrição do CNPJ na Receita Federal do Brasil), **de acordo com a mais recente Resolução nº 122, de 28 de outubro de 2010, do Conselho da Justiça Federal**, a qual regulamenta em definitivo, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, especificamente o constante em seu art. 21 que trata da possibilidade de ser destacado do montante da condenação os valores referentes aos honorários advocatícios;. (cópia integral da resolução em anexo);
- VI) Os benefícios da Justiça Gratuita, vez que o exequente na qualidade de agricultor aposentado, percebe mensalmente a quantia de um salário mínimo nacional vigente, se declarando pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração em anexo;
- VII) A isenção de pagamento das custas, conforme Art. 17 VIII da Lei nº 3.350/99, por se tratar de uma execução de sentença líquida.
- VIII) Finalmente, pugna pelo prosseguimento do feito até satisfação integral da dívida.

2.2 - RESUMO DA CONTESTAÇÃO

O Reú, em sua peça de bloqueio (**Indexador 0000165/0000183**), apresenta **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** ao cumprimento de sentença.

3 – RESUMO DA TRAMITAÇÃO

Em decisão do MM. Juízo em 30.08.2017 às (Indexador 0000372), ao qual reproduzimos abaixo:

Decisão

Trata-se de procedimento de liquidação de sentença, que demanda liquidação por arbitramento, nos termos do art.509, I, do CPC, de modo que a prova pericial ganha especial relevância, haja vista a impossibilidade de se aferir o “quantum”, sem o auxílio de profissional da área Contábil, uma vez que se trata de campo do saber completamente distinto da formação técnica-jurídica deste julgador, até porque, as partes divergem quanto ao valor reclamado.

Assim, nomeio, desde já, perito o Dr. ALAILSON ALMEIDA CRUZ FILHO, contador, cadastrado no setor de perícias judiciais do Tribunal de Justiça deste Estado, e-mail alailsoncruzfilho@gmail.com, que deverá ser intimado.

Intime-se o perito, inclusive para juntar comprovação, por cópias reprográficas autenticadas, de seu registro no Conselho e de seu certificado de regularidade expedido pelo aludido órgão (Ofício Circular nº 34/2002, de 06.06.02 – Ref.: Prot. 96.113/2002 – da Presidência do Tribunal de Justiça), bem como para apresentação de proposta de honorários.

Laudo pericial em 20 (vinte) dias, após o depósito dos honorários do Senhor Perito.

Nada obstante, assinalo, desde já, que a parte autora é beneficiária, provisoriamente, dos benefícios da JG, conforme deferido às 131.

Ao ensejo, faculto às partes, em 05 (cinco) dias, apresentação de rol de quesitos e a indicação de assistentes técnicos.

Com o laudo, digam as partes.

Cumpra-se. Intime-se.

Bom Jesus do Itabapoana, 04/09/2017.

Luiz Alberto Nunes da Silva – Juiz Titular

4 – OBJETIVO DA PERÍCIA

O objetivo desta perícia é apurar o quantum debeatur relativo à Liquidação de Sentença Por Arbitramento/Cumprimento, conforme decisão do MM. Juízo (**Indexador 0000372**).

5 – PROCEDIMENTO PERICIAL

5.1. Os procedimentos foram desenvolvidos com base nos extratos identificados pela respectiva conta poupança, juntados pela parte Autora, conforme abaixo:

- a) Extrato da conta nº 200.010.330-2 juntado (**Indexador 0000035**).

5.2. EXPURGOS HISTÓRICOS

Trata-se do questionamento dos expurgos inflacionários praticados em contas de caderneta de poupança, decorrentes de aplicação retroativa da legislação, nos períodos aquisitivos (aniversários) anteriores a promulgação, ou lapso de regulamentação legal, com determinações operacionais desconstituídas de fundamento legal.

Assim se deu a correção monetária pela variação da LBC (Letra do Banco Central) nas contas com aniversário antes do dia 16 de junho de 1987 (Plano Bresser), bem como com a aplicação da variação da LFT (Letra Financeira do Tesouro) nas contas com aniversário antes do dia 15 de janeiro de 1989 (Plano Verão).

5.3. Em 15/03/1990 (Plano Collor I), houve um lapso na legislação, estipulando a aplicação da variação da BTN (Bônus do Tesouro Nacional), apenas sobre os saldos excedentes a NCZ\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos) transferidos ao Banco Central do Brasil. Portanto, a parcela relativa a poupança livre, até CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e mantida nas contas originais das Instituições Financeiras, estiveram sujeitas à legislação anterior, até ser legalmente instituída a sua correção monetária pela variação do BTN, a partir de 30/05/1990 (alcançando o direito a partir de 01/06/1990 e creditado em julho de 1990). Este fato afetou os créditos realizados naquelas contas de poupança, em abril (contas novas), maio e junho de 1990.

5.4. Em 01/02/1991 (Plano Collor II), também houve aplicação retroativa da legislação, com a correção monetária pela variação da TRD (Taxa Referencial Diária) alcançando o período aquisitivo iniciado a partir de 01 de janeiro de 1991, afetando os créditos efetuados no mês de fevereiro de 1991. Neste caso, o direito adquirido ainda estaria sob a égide da legislação antecedente determinando a correção monetária das contas em poupança livre, pela variação do BTN.

A prova técnica exclui as hipóteses em que os créditos foram efetuados nos períodos cobertos pela pertinente legislação, não obstante haver ou não expurgo inflacionário reconhecido em outras operações creditícias, cujo lapso legal foi ainda maior (Contas FGTS). Além disso, cabe à perícia ater-se ao pedido exordial.

5.5. ANALISANDO OS EXPURGOS NO PLANO VERÃO

As instituições, com suporte na Medida Provisória 32/89, creditaram a remuneração de todas as Cadernetas de Poupança do mês de fevereiro de 1989, com base na variação da LFT, usando o índice de 22,3589%.

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça alterou o percentual de 70,28% que o IBGE divulgou para o IPC de janeiro de 1989, derivados de uma alteração legal no período de apuração daquele indexador, atribuindo naquele mês o percentual de 42,72% e, conseqüentemente, para fevereiro de 1989 o percentual de 10,14% ao invés dos 3,60% apurados pelo IBGE.

O expurgo correspondente ao crédito a menor efetuado pela variação de 22,3589% para a LFT, em janeiro de 1989, frente aos 42,72% atribuídos para o IPC/IBGE, no mesmo período. O cálculo deve considerar conjuntamente, a correção monetária e os juros de 0,5% (meio ponto percentual) creditados no aniversário da caderneta de poupança.

No caso em tela, têm-se: **a conta poupança nº 200.010.330-2 juntado (Indexador 0000035)**, cujo direito à correção monetária e juros foram adquiridos antes de 15/01/1989, embora creditados no decorrer de fevereiro de 1989, conforme demonstrativos abaixo:

CONTA POUPANÇA Nº 200.010.330-2	SALDO BASE JANEIRO/1989		ÍNDICE DE CORREÇÃO	CORREÇÃO MONETÁRIA		JUROS DA POUPANÇA		SALDO EM FEVEREIRO/1989	
IPC/STJ>	NCZ\$	12.281,91	42,7200%	NCZ\$	5.246,83	NCZ\$	87,64	NCZ\$	17.616,38
LFT>	NCZ\$	12.281,91	22,3589%	NCZ\$	2.746,10	NCZ\$	75,14	NCZ\$	15.103,15
EXPURGO INFLACIONÁRIO EM 06/02/1989								NCZ\$	2.513,23

5.6. ANALISANDO OS EXPURGOS NO PLANO COLLOR I

Não obstante a promulgação, em 16/03/1990, da Medida Provisória 168 (Lei 8024/90), as Autoridades Monetárias preservaram o direito dos depositantes em caderneta de poupança à correção pela variação do IPC/IBGE nos créditos realizados, em março e abril de 1990.

No trintídio iniciado em fevereiro de 1990, pela correção monetária de 72,78% foi creditada, em março de 1990 (Comunicado BACEN 2038 de 23/02/1990), e nos créditos a cargo das Instituições Financeiras, em abril de 1990, os 84,32% relativos ao IPC/IBGE de março de 1990 (Comunicado BACEN 2067 de 30/03/1990).

Ocorre que a regra para corrigir a poupança livre (Até CZ\$ 50.000,00 aniversariando após 16/03/1990) pela variação da BTN, foi promulgada somente em 30/05/1990 pela Medida Provisória 189 (art.2º da Lei 8088/1990), alcançando períodos aquisitivos após 01/06/1990.

A perda inflacionária se deu nas contas em poupança livre mantidas após 16/03/1990, com aniversário, entre 01/04/1990 e 01/06/1990, cujos créditos de correção monetária e juros se deram em maio e junho de 1990:

- Em maio de 1990, o expurgo corresponde ao crédito à menor efetuado pela variação de 0% para a BTN, em abril de 1990, frente aos 44,8% registrados para o IPC/IBGE, naquele mesmo período;
- Em junho de 1990, o expurgo corresponde ao crédito à menor efetuado pela variação de 5,38% para a BTN, em maio de 1990, frente aos 7,87% registrados para o IPC/IBGE, naquele mesmo período;
- O cálculo deve considerar conjuntamente, a correção monetária e os juros remuneratórios de 0,5% (meio ponto percentual) creditados no aniversário das contas da caderneta de poupança.

5.7. ATUALIZAÇÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS

De acordo com Sentença Transitada em Julgado, em favor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC ingressou no Juízo de Direito da Décima Segunda Vara Cível do Foro Brasília – DF, com Ação Civil Pública em desfavor do banco ora réu, cuja sentença o teria condenado a pagar aos titulares de cadernetas de poupança a diferença existente entre o índice ali mencionado, bem como apurado em janeiro de 1989, com as correções e juros, na forma estabelecida pelos artigos 95 a 100 do CODECON, desde então:

ATUALIZAÇÃO PLANO VERÃO ATÉ PLANO COLLOR II						
INDEXADOR	COMPETÊNCIA	RENDIMENTO	CORREÇÃO + JUROS		CONTA 200.010.330-2	
EXPURGO	fev-89				NCZ\$	2.513,23
LFT>	mar-89	18,9456%	NCZ\$	476,15	NCZ\$	2.989,38
LFT>IPC	abr-89	20,4139%	NCZ\$	610,25	NCZ\$	3.599,62
LFT>IPC	mai-89	11,5182%	NCZ\$	414,61	NCZ\$	4.014,24
IPC>	jun-89	10,4897%	NCZ\$	421,08	NCZ\$	4.435,32
IPC>	jul-89	25,4542%	NCZ\$	1.128,97	NCZ\$	5.564,29
IPC>	ago-89	29,4038%	NCZ\$	1.636,11	NCZ\$	7.200,41
IPC>	set-89	29,9867%	NCZ\$	2.159,16	NCZ\$	9.359,57
IPC>	out-89	36,6298%	NCZ\$	3.428,39	NCZ\$	12.787,96
IPC>	nov-89	38,3081%	NCZ\$	4.898,83	NCZ\$	17.686,79
IPC>	dez-89	42,1271%	NCZ\$	7.450,93	NCZ\$	25.137,72
IPC>	jan-90	54,3178%	NCZ\$	13.654,26	NCZ\$	38.791,98

Alailson Almeida Cruz Filho

Perito Judicial Contábil
CRC/RJ Nº 110267/O-9



IPC>	fev-90	56,8906%	NCZ\$	22.068,99	NCZ\$	60.860,96
IPC>	mar-90	73,6439%	NCZ\$	44.820,39	NCZ\$	105.681,35
IPC>	abr-90	85,2416%	CR\$	90.084,48	CR\$	195.765,83
IPC>	mai-90	45,5240%	CR\$	89.120,43	CR\$	284.886,26
BTN>	jun-90	8,4093%	CR\$	23.956,94	CR\$	308.843,20
BTN>	jul-90	10,1581%	CR\$	31.372,60	CR\$	340.215,80
BTN>	ago-90	11,3440%	CR\$	38.594,08	CR\$	378.809,88
BTN>	set-90	11,1329%	CR\$	42.172,53	CR\$	420.982,41
BTN>	out-90	13,4143%	CR\$	56.471,84	CR\$	477.454,25
BTN>	nov-90	14,2786%	CR\$	68.173,78	CR\$	545.628,04
BTN>	dez-90	17,2232%	CR\$	93.974,61	CR\$	639.602,64
BTN>	jan-91	19,9870%	CR\$	127.837,38	CR\$	767.440,02
BTN>	fev-91	20,8111%	CR\$	159.712,71	CR\$	927.152,74
DATA BASE ANIVERSÁRIO >						06/02/91

Coerentemente com o nexo causal (impedimento à retroatividade legislativa), a parcela da correção monetária deve levar em consideração eventuais expurgos pelos Planos Econômicos que sucederam o expurgo histórico antecedente. Os saldos decorrentes dos expurgos antecedentes devem ser somados aos novos expurgos.

Mantida a coerência com nexo causal, os cálculos consideraram o período aquisitivo iniciado em 01/01/1991 até 31/01/1991, com a aplicação da variação da BTN em janeiro de 1991. Porém, os expurgos decorrentes do Plano Collor II não foram considerados nos saldos de fevereiro de 1991 pela omissão do pedido explícito, na inicial.

A partir da promulgação do Plano Collor II, em 01/02/1991, as contas de poupança passaram a ser corrigidas pela TRD (Taxa Referencial Diária), posteriormente substituída pela TR (Taxa Referencial), cuja variação é contada diferencialmente para cada dia útil, daí a importância da data do aniversário das respectivas contas de poupança. No caso presente foi utilizada a “**Calculadora do Cidadão**” pautando-se os cálculos na metodologia proposta pela Autoridade Monetária, no site do BACEN (Banco Central do Brasil), obtendo-se para os aniversários das contas de poupança a data base, e data final deste laudo pericial, conforme cálculos abaixo:

Resultado da Correção pela Poupança nº 200.010.330-2

Dados básicos da correção pela Poupança

Dados informados

Data inicial	06/02/1991
Data final	19/10/2018
Valor nominal	Cr\$ 927.152,74 (CRUZEIRO)
Regra de correção	Antiga

Dados calculados

Índice de correção no período	184.015,1627431
Valor percentual correspondente	18.401.416,2743100%
Valor corrigido na data final	R\$ 62.040,06 (REAL)

JUROS DE MORA - LEI 10.406/02 - 6% A.A. ATÉ 10/01/2003 E 12% A.A. DE 11/01/2003							
DATA CITAÇÃO	VALOR	NÚMERO DE DIAS ATÉ	JUROS LEGAIS 6% ano	VALOR DOS JUROS	NÚMERO DE DIAS DE	JUROS LEGAIS 12% ano	VALOR DOS JUROS
		10/01/2003	0,5%		11/01/2003	1%	
					19/10/2018		
21/06/1993	62.040,06	3439	0,016667%	35.559,29	5678	0,033333%	117.421,15
	62.040,06			35.559,29			117.421,15
VALOR TOTAL ATÉ A DATA DESTA LAUDO					19/10/2018	R\$	215.020,51
SALDO EM UFIR'S RJ 2018							65.278,40

6 – QUESITOS

Por tratar-se de liquidação de sentença, é intempestiva a apresentação de quesitos das partes, visto que cabe a este perícia, apenas executar tecnicamente os comandos estabelecidos na Sentença transitada em julgado, subsidiando a instância decisória apenas com o valor da lide tecnicamente apurado, visto que não é cabível quesitação sobre assunto transitado em julgado.

7 – CONCLUSÃO

Assim sendo, após colacionarmos os documentos acostados aos autos, os cálculos para atualização dos expurgos históricos, consideraram a manutenção da quantia histórica aplicada em caderneta de poupança a partir de cada evento (aniversário). Coerentemente com o nexo causal, foram considerados os eventuais expurgos inflacionários pelos Planos Econômicos que sucederam aquele no qual se apurou o valor histórico do expurgo.

Conforme procedimento pericial adotado no item 5, esta perícia apurou o valor que reflete tecnicamente o que foi determinado, ressalvados os aspectos jurídicos e respeitando-se a decisão de V.Ex^a., é **de R\$ 215.020,51 (duzentos e quinze mil vinte reais e cinquenta e um centavos), representados por 65.278,40 UFIR'S RJ 2018, em favor da parte autora.**

8 – ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a acrescentar, encerro o presente Laudo em 11 (onze) laudas digitadas de um só lado. Ficando o Perito à disposição deste Juízo para prestar outros esclarecimentos, se necessário.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2018.

ALAILSON ALMEIDA CRUZ FILHO
Contador CRC/RJ Nº 110267/O-9
Perito do Juízo